

**DIREITO, CINEMA
E LITERATURA**

ÁLVARO RICARDO DE SOUZA CRUZ

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais
Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais
Procurador da República do Ministério Público Federal
Professor adjunto III da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

BERNARDO G. B. NOGUEIRA

Doutorando em Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
Professor da Escola de Direito do Centro Universitário Newton Paiva

FERNANDA MONTEIRO SALDANHA

Mestra em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Advogada.

**DIREITO, CINEMA
E LITERATURA**

COLEÇÃO PROFESSOR
ÁLVARO RICARDO DE SOUZA CRUZ

VOLUME IX



Belo Horizonte
2017

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia – Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clémerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luís de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dirceô Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Martonio Mont’Alverne Barreto Lima
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Nelson Rosendal
Florisbal de Souza Del’Olmo	Renato Caram
Frederico Barbosa Gomes	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Gilberto Bercovici	Rodolfo Viana Pereira
Gregório Assagra de Almeida	Rodrigo Almeida Magalhães
Gustavo Corgosinho	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Silveira Siqueira	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladimir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2017.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho
Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva
Revisão: Responsabilidade do Autor

340.1 Cruz, Álvaro Ricardo de Souza.
C957d Direito, cinema e literatura / Álvaro Ricardo de Souza Cruz,
2017 Nogueira, Bernardo G. B., Saldanha, Fernanda Monteiro.
Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.
p.84; (Coleção Professor Álvaro Ricardo de Souza Cruz, v. 9)
ISBN: 978-85-8238-277-6

1. Direito 2. Cinema. 3. Literatura. 4. Direito e cinema. 5. Direito e arte.
6. Direito – Filmes. 7. Direito e literatura. I. Nogueira, Bernardo G. B. II. Saldanha, Fernanda Monteiro. III. Título. IV. Série.

CDD(23.ed.)–340.1
CDU – 340:778.5

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

MATRIZ
Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL
Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro SÉ
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2017

NOTA DO EDITOR

Atualmente, o estudo do Direito está passando por profunda revolução. Irrigados por contribuições da Filosofia, da Hermenêutica, das Teorias da Argumentação Jurídica e por tantos outros ramos do saber, os seus conceitos e dogmas tradicionais passam por revisões, releituras e redimensionamentos, dando à ciência jurídica um nível de complexidade e de profundidade até então inéditos.

Não obstante toda essa revolução, não é exagero dizer que, infelizmente, ela ainda está distante do cotidiano de grande parte dos operadores do Direito, que insiste em manter uma estrutura jurídica anacrônica e em descompasso com as discussões contemporâneas e mesmo com os problemas que os circundam, pois o instrumental de que se valem já não mais atende às demandas vividas nos dias de hoje.

As causas dessa dissonância podem ser várias. Mas, certamente, uma delas pode ser apontada: a necessidade de se ampliar meios de acessos a essas informações e a essas discussões, retirando-as dos muros das universidades e as espargindo sobre esse mundo da vida, criando uma interlocução mais próxima e efetiva entre o que se pensa e o que se faz.

É exatamente pensando nessa proposta de divulgar essas ideias que a Arraes Editores lança a coleção Professor Álvaro Ricardo de Souza Cruz.

O objetivo dessa coleção é a publicação de artigos e de ensaios que transitem por diversos ramos da pesquisa acadêmica, passando pela dogmática jurídica, pela Filosofia do Direito, pela Hermenêutica Jurídica, pelas Teorias da Argumentação, pelas Teorias do Estado, dentre outros, e que tragam contribuição direta para a análise, reflexão e aprofundamento de um olhar crítico dessas estruturas jurídicas. A intenção é trazer a público aqueles trabalhos que, normalmente, ficariam apenas restritos aos debates acadêmicos, com um círculo reduzido de leitores, para difundi-lo, democratizando o saber e divulgando essas novas ideias.

É importante dizer que esse projeto está diretamente relacionado aos fins da própria Arraes Editores. Desde o seu primeiro momento, sempre esteve comprometida com a produção acadêmica de qualidade, priorizando a publicação de trabalhos que efetivamente contribuam para a revolução do pensamento, para a análise crítica dos institutos jurídicos e que proponham mudanças no modo de se fazer o ensino, a pesquisa e a prática forense, buscando inserir nesse contexto o que de mais moderno está sendo trabalhado por aqueles que se dedicam ao estudo sério e aprofundado desse tema.

E, diante de tudo isso, não haveria nome melhor para batizar essa coleção do que o do Professor Álvaro Ricardo de Souza Cruz, cuja escolha não foi aleatória. Certamente, na atualidade, ele é um dos mais emblemáticos representantes do constitucionalismo contemporâneo. Com uma capacidade de análise multidisciplinar, alia um profundo conhecimento jurídico, consolidado em anos de estudos, de docência superior, de pesquisa e de prática forense como Procurador da República, com um conhecimento variado e diversificado de Filosofia, de Teorias da Argumentação e de Hermenêutica. E, ao se somar a tudo isso, uma disciplina e rigor científico invejáveis, ter-se-ão as credenciais que justificam o nome dado à coleção.

Para a Arraes Editores é motivo de honra poder contar com o Professor Álvaro Ricardo de Souza Cruz como um dos seus membros do seu Conselho Editorial, e, sobretudo, poder ter a sua chancela nesta coleção. Com seu conhecimento, rigor e experiência acadêmica, certamente nos auxiliará sobremaneira na escolha dos textos que possam enriquecer, cada vez mais, a pesquisa, o ensino e a prática jurídicas, ainda tão carentes daquela verdadeira revolução.

O EDITOR

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XI
CAPÍTULO 1	
RETRATOS QUE INSISTEM EM FALAR	
<i>Álvaro Ricardo de Souza Cruz</i>	
<i>Fernanda Monteiro Saldanha</i>	1
CAPÍTULO 2	
A TERCEIRA IMAGEM DO HUMANO: O PERDÃO	
<i>Álvaro Ricardo de Souza Cruz</i>	
<i>Bernardo G. B. Nogueira</i>	43

PREFÁCIO

*“Oh, pedaço de mim
Oh, metade afastada de mim
Leva o teu olhar
Que a saudade é o pior tormento
É pior do que o esquecimento
É pior do que se entrevar
(...)
Oh, pedaço de mim
Oh, metade arrancada de mim
Leva o vulto teu
Que a saudade é o revés de um parto
A saudade é arrumar o quarto
Do filho que já morreu
(...)”*

(Pedaços de Mim, de Chico Buarque)

Em Chico Buarque, *Pedaços de mim*. Na história dos regimes totalitários do Brasil e do mundo, pedaços de nós. Pedaços que espectram em *Retratos que insistem em falar*. *Mim* e nós que se cruzam, qual no cinema, onde cada um projeta algo de íntimo na tela, mas todos os fantasmas pessoais se cruzam na apresentação coletiva, razão pela qual o cinema, na medida em

que é projeção e movimento na sala escura, chama a interpretação comunitária: pedaços de *nós*, ainda que, ao mesmo tempo, cada expectador se veja só, uma singularidade em pedaços (o inevitável eu cindido): pedaços de *mim*.

Esta epígrafe é uma epígrafe em seu sentido mais radical. Do grego antigo, «ἐπιγραφή», epígrafe significa “*escrever acima de*”, sendo originalmente uma inscrição em prosa ou em verso, talhada em bronze ou mármore, que se coloca sobre tumbas para lembrar a memória de um defunto (assim chamada epitáfio) ou em outros lugares, em comemoração à vida de pessoas e/ou eventos importantes.

“Escrever”, no ambiente deste prefácio que apresenta *Direito, Cinema e Literatura*, uma obra constituída por dois textos (um diálogo? um intertexto? dois textos atravessados?) cada um deles já assinado por quatro mãos, ambos herdeiros e a contra assinar *a obra de* Jacques Derrida, nos é uma noção muito cara, uma vez que a estratégia da desconstrução se coloca exatamente a partir do movimento (termo que se encontra com o significado de *cinema*) em que o filósofo franco-argelino, identificando a tradição fonologocentrista (que colocou a escrita a serviço da fala, subordinada à fala plenamente presente, instalada pela metafísica que sustentou a filosofia ocidental, teológica ou não) propõe desmontagens e deslocamentos que trazem à cena a escritura. A estratégia do movimento da desconstrução em Derrida apontará, então, para a valorização da escritura, no sentido de denunciar a inexistência do sentido “*original*” em nome do qual a escrita sempre foi rebaixada.

“Acima de” sugere esse movimento de trazer para cima. A inversão. Etapa estruturalmente inseparável do movimento cujo desfecho é o deslocamento com relação ao sistema a que antes pertenciam os termos de uma dada posição conceitual. Sugere, ainda, a noção de rasura que a desconstrução imprime na compreensão da história – dos fatos e dos conceitos – escrevendo *acima de, por cima de*, borrando a história e evidenciando

novos sentidos. Assim é que eu ousaria, dialógica e derridiana-mente, a borrar o título do texto para um possível *Retratos que insistem em escrever*. Retratos que estão para além da voz que desvela uma verdade. Retratos para além da Comissão da Verdade. Retratos para além da verdade. Retratos que escrevem histórias. Retratos não emoldurados. Retratos (re) escritos pelas mãos e sensibilidade de Álvaro Ricardo de Souza Cruz e Fernanda Monteiro Saldanha: *Pedaços de mim* e de *nós*.

Talhada no branco mármore do papel, esta epígrafe poderia ser, também, um epitáfio. Chico Buarque a escreveu a partir da morte do filho de Zuzu Angel, Stuart Angel Jones, assassinado pelos militares, durante a ditadura militar na década de 70. Homenageia no *mim* Zuzu Angel e, por espectro, no plural, *nós*, pedaços de todas as mães que perderam seus filhos vítimas de violência ou da ausência (nadição) que altera a ordem natural do ciclo de vida. Não por acaso, *Pedaços de mim* foi composta dentro da estrutura da Ópera do Malandro que pode ser interpretada, no contexto, como uma *trapaça* à língua (no caso brasileiro, um drible ao poder ditatorial no uso da língua), no sentido mais genuíno do que Roland Barthes profetizou em sua *Aula* magistral ser Literatura: “*Trapaça*” ao poder da língua. Trapaça que em *Essa estranha instituição chamada literatura* assume um sentido ainda mais contundente, a partir do “*poder de tudo dizer*”, marcado pela responsável irresponsabilidade perante os poderes ideológicos constituídos.

Esse fazer literatura abre caminho a *Retratos que insistem em falar*, que guarda a voz de Patrick Modiano, prêmio Nobel de Literatura em 2014, que escutou (e reproduziu) o “grito mudo” estampado em um exemplar do *Paris-Soir*, de 31 de dezembro de 1941, que noticiava a aflição dos pais de Dora Bruder, em razão do desaparecimento da filha. Um grito qual aquele eternizado na pintura de mesmo nome - *O Grito* - do expressionista norueguês Edvard Munch, onde se vê três pessoas: uma, em destaque, com a terrível expressão do desespero, e duas mais distantes,

por detrás, numa ponte (que é sempre lugar de travessia), testemunhas do grito. No pano de fundo, um céu pintado em cores quentes, a dizer como queimam o desespero e a dor.

Direito, cinema e literatura projeta-se, pois, em *Retratos que insistem em falar*, a partir do texto de Modiano, *Dora Bruder* e do filme de Florian Henckel von Donnersenar, *A vida dos Outros*, que adubam o revolvimento, pelos autores, de temas como o esquecimento, a vida, o tempo, o humano, o perdão, a memória, a identidade, tudo no mais vigoroso estilo derridiano, assumindo os rastros do francófono e, também, aqueles dos retratos – vidas – que ganham voz na escritura. Eduardo Antônio da Fonseca, Gildo Macedo Lacerda, Juarez Guimarães de Brito, Eduardo Collen Leite, José Carlos Novaes da Mata Machado são nomeados no texto, assinam histórias, protagonizam vidas. Comem, amam, dormem, sonham, sentem e doem. Estão ali para além do mármore de seus epitáfios. Inscrevem-se na memória. Escrevem a memória. A ponto de seu vulto instalar *pedaços* de uma autobiografia do autor Álvaro Ricardo de Souza Cruz em seus pedaços de *mim*.

Tudo acontece no campo aflito de uma escritura repleta de narrativas e indagações de ordem desconstrutivo-deslocante, fiel à *differance* derridiana, no entremeio da qual surge e perpassa o eco daquela que, sem dúvida, fazendo jus ao título que se auto atribuiu de ante escritora, mergulha na verticalidade do humano – “*Porque há o direito ao grito. Então eu grito*”: Clarice Lispector.

É a partir dela, Clarice, que deu à barata o status de animal impuro, ainda que não contido assim no *Levítico* (a barata clariciana assume na *Paixão Segundo GH* o sentido de ser uma reivindicação contra o tratamento dado à empregada Janair, uma espécie de resgate do humano) que chegamos, nós, leitores, a *O Corvo*, de Edgar Allan Poe (marcado pela força umbral de um “*nunca mais*”), em cujas asas voamos para a *Terceira Margem do Humano: o perdão*, quando as mãos de Álvaro Ricardo de Souza Cruz e Bernardo Gomes Barbosa Nogueira

se unem para frequentar o mesmo tinteiro. E não estaria ali, também, no tinteiro-corvo e nesse emaranhado de textos que se entrecruzam, *A cabeça de corvo*, de Alphonsus de Guimaraens, poema que evidencia duas questões tão umbilicalmente contemporâneas, o sujeito cindido e a impureza da arte?

Álvaro e Bernardo iniciam como o *eu* diante do *corvo*: um perante o Outro, o lugar de existência do infinito, numa presença que, consistindo em um *vir a nós*, Levinas denominou de *fazer uma entrada*: o fenômeno de aparição do Outro é também *rosto*. Chegam aflitos e ávidos pela existência, conjugando o estar no mundo com o responsabilizar-se nele. *A consciência é questionada pelo rosto*. Identificam uma maternidade no Outro. Mães que como as mães de *Retratos que insistem em falar* choraram e choram seus filhos. Indagam sobre como chegar: Mensagem falada? Gravada? Com ou sem imagem? Por Whatsapp, Instagram ou Facebook? Chegam com Derrida. Chegam *através e com O Cartão-Postal*. Verso e Anverso. Estão em correspondência. Envia-se. Remetem-se. Esperam. Nascem na escrita. Um para o outro. Um perante o outro. Para além de si. No rosto. No texto. Desejando que o cartão postal (este e o outro) atravessasse o tempo. Não há repouso. Perseguem o perdão.

Não estariam chegando, também, de canoa, com Guimaraens Rosa, *n'A terceira margem do rio* e aquele pedido, pedido, pedido de perdão? A navegar, rio afora, papel adentro, entre escrituras e travessias de humanos e rios. Perguntam em que medida se pode esperar do Outro. Adentram na responsabilidade perante o outro. O rosto do outro. A dor. De novo a dor. Um rio de dor. “*Dor! Física. Moral. Pungente. Candente. Dor que atordoia. Dor que suga o amor. Cessa a caridade*”. De novo Clarice. *As caridades odiosas*: “*Fui embora, com o rosto corado de vergonha. De vergonha mesmo? Era inútil querer voltar aos pensamentos anteriores. Eu estava cheia de um sentimento de amor, gratidão, revolta e vergonha*”.

Amor, gratidão, revolta e vergonha. Vergonha de que, sentiria o eu lírico nas linhas de Clarice? De não ver o humano

habitando o “*menino escuro*”? De não ver seu rosto? Ou de precisar vê-lo e ouvir o seu pedido para sabê-lo, senti-lo? – “*Um doce, moça, compre um doce pra mim*”. “*Mais que ver, sentir. Mais que sentir, tocar. Mais que o coração, ouvir aquilo que transcende o humano e que soa divino: o perdão*”. No rastro, os textos se misturam. O eu lírico de Clarice poderia perdoar? “É possível “estar na pele do outro”? Seria possível alcançar seus poros? O cheiro de sua pele? O sabor do suor?” Alguém pode chegar à terceira margem do humano?

A Terceira Margem do humano: o perdão, fazendo justiça ao título da obra, *Direito, Cinema e literatura*, coloca o tema do perdão a protagonizar três atos. Ato I: o perdão em cena; Ato II: quem pode perdoar? Quem pode ser perdoado?; Ato III: o Direito pode perdoar? Aí estão as perguntas sobre o perdão em seu radicalidade: O que? Quem (autor e destinatário)? O Direito o poderia? Mas as perguntas se colocam para além de uma ontologia metafísica. A resposta ensaia ser através da literatura.

Uma tentativa de dizê-lo vem chegando do Rio de Janeiro. Sim, a Floresta da Tijuca e o Jardim Botânico são ótimos lugares para inspirar. Não é para o Jardim Botânico que Clarice se dirigiu em *O Ato Gratuito*? “*Então minha própria sede guiou-me. Eram 2 horas da tarde de verão. Interrompi meu trabalho, mudei rapidamente de roupa, desci, tomei um táxi que passava e disse ao chofer: vamos ao Jardim Botânico. “Que rua?”, perguntou ele. “O senhor não está entendendo”, expliquei-lhe, “não quero ir ao bairro e sim ao Jardim do bairro.” (...) Eu ia ao Jardim Botânico para quê? Só para olhar. Só para ver. Só para sentir. Só para viver.*” Onde estarão nossos atos gratuitos? Por que insistimos em despreza-los? Poderemos nos perdoar de deixa-los ir? De não deixar que sejam?

Da noite escura d’*O Corvo* e todos os entremeios claricianos e roseanos que estabelecem a questão da alteridade – estar diante do outro, um outro *para além de nós*, um outro *a partir de nós*, um outro que é morte e vida – o leitor é levado à sala escura do cinema para encontrar os *fantasmas* de Última para-

da 174, de Bruno Barreto, quando o tema do perdão se coloca de maneira arrebatadora. Sandro e mais Sandros vêm à tona. Quem pode ser perdoado? “... não queremos justificar o ato de Sandro Barbosa do Nascimento sequestrar um ônibus e a violência explícita pelo assassino da refém Geisa Firmo Gonçalves. Não, cartão postal não justifica. Ele narra. E em sua narrativa queremos saber se é possível perdoá-lo. Nós? Você, leitor?”

Narrativa. O ser da literatura. A instituição fictícia. A ficção que transgride o real e a ele se conecta. Sandro morto não é ficção. Sandro, ainda que morto, pode ser perdoado? Quem pode perdoar? “Se entendermos na ordem do cálculo, o fato, o ato, os sentidos estarão reduzidos à uma manchete vencida de jornal, um filme esquecido nas gôndolas de uma locadora”. A justiça não é da ordem do cálculo, está em *Força de Lei*. “Haverá, pois, um perdão que exceda a essa condição? Um perdão que não se condiciona pelo pedido de remissão do Ofensor? Um perdão sem admissão de culpa?”

As indagações se aguçam com a entrada de *Incêndios*, de Denis Villeneuve. O texto é um crescente. O leitor é convidado a mergulhar. “*Nawal Marwan não tem tempo de perdoar sua família. Ela tem uma urgência mais urgente. Ela tem que buscar seu filho! Assim como a mãe de Sandro tinha que salvá-lo de si mesmo, Nawal precisava reaver seu filho. Assim como a mãe de Sandro, Nawal não chegou a tempo*”. De novo a dor. O perdão está sempre na trama da dor. “*Dor que castra a razão. Dor que mostra o animal que sou. Dor que mostra o animal do algóz. Dor que apaga a razão. Dor que pede o acalento do ventre materno. O acalento da canção*”. Pedacos de mim ganha de novo a cena. Talvez, é preciso dizer talvez, tudo o que se possa fazer é cantar diante da dimensão intraduzível do perdão. Mas o direito saberia cantar?

Um último (seria último?) ato anuncia uma conclusão. A pergunta pelo caminho. Um novo caminho para o direito. Uma travessia. A terceira margem. O humano. O rosto do humano. A promessa não se põe antecipadamente. O texto é um acontecimento. O leitor o saberá. O desafio de interpretar se impõe.

Para além do *logos*. *Diálogos!* Em Belo Horizonte, agora, também chove. Tudo está alagado. Preciso me recolher. É preciso que o texto se diga. É preciso que o perdão se diga. “*O perdão quer se dizer. Quer explicar-se. Talvez como maneira de perpetuar*”.

A obra quer ser. Juntos, os textos são uma composição. Mineral. Mineral como os fósseis dos retratos que insistem em falar. Mineral como o chumbo que imprime a escritura no papel. Mineral como o fundo do rio. Mineral como as pedras nas margens. Mineral como o perdão cristalizado no impossível. Mineral como o rastro de João Cabral: “*É mineral a linha do horizonte, nossos nomes, essas coisas feitas de palavras. É mineral, por fim, qualquer livro: que é mineral a palavra escrita, a fria natureza da palavra escrita*”.

Nas linhas de um belo horizonte,

LUCIANA PIMENTA